

# Experiência do amamentar por mães privadas de liberdade: estudo exploratório descritivo

Recebido em 29/06/2012  
Aprovado em: 27/05/2013

Ahead of print: 16/05/2014

Samila Gomes Ribeiro<sup>1</sup>  
Paula Renata Amorim Lessa<sup>2</sup>  
Marília Holanda Martins<sup>3</sup>  
Ana Izabel Oliveira Nicolau<sup>4</sup>  
Ana Fátima Carvalho Fernandes<sup>5</sup>  
Ana Karina Bezerra Pinheiro<sup>6</sup>

**Resumo:** Objetivou-se compreender as experiências vivenciadas por mães durante o aleitamento materno em situação de cárcere. Estudo exploratório-descritivo com abordagem qualitativa realizado no Instituto Penal Feminino do Estado do Ceará. A coleta dos dados ocorreu no mês de setembro de 2009 por meio de entrevistas semiestruturadas individualizadas. A análise dos dados foi realizada segundo a análise de conteúdo. A atuação do enfermeiro nesse contexto específico é primordial, no sentido de promover a saúde integral da mãe e da criança, respeitando as particularidades que a situação de cárcere as expõe.

**Palavras-Chave:** Enfermagem. Aleitamento materno. Mulheres. Prisões

## Experience of breastfeeding by mothers deprived of liberty: a descriptive exploratory study

**Abstract:** Aimed to understand the experiences of mothers during the breastfeeding situation in prison. Descriptive exploratory study conducted with a qualitative approach in Female Criminal Institute of Ceará. Data collection occurred in September of 2009 through semistructured individual interviews. Data analysis was performed according to content analysis. Nursing actions in this specific context is paramount, in order to promote the overall health of mother and child, while respecting the specific situation that exposes them to prison

**Keywords:** Nursing. Breast Feeding. Women. Prisons.

## Experiencia de la lactancia materna por madres privadas de libertad: un estudio exploratorio descriptivo

**Resumen:** El objetivo fue conocer las experiencias de las madres durante la situación de la lactancia materna en la cárcel. Estudio exploratorio descriptivo, con abordaje cualitativo, realizado en el Instituto Penal de Mujeres del Estado de Ceará. La recolección de datos tuvo lugar en septiembre de 2009 a través de entrevistas semiestruturadas individuales. El análisis de datos se realizó de acuerdo al análisis de contenido. Las acciones de los enfermeros en este contexto específico, es de suma importancia a fin de promover la salud de la madre y el niño, respetando la particular situación que los expone en la cárcel.

**Palabras Clave:** Enfermería. Lactancia Materna. Mujeres. Prisiones.

## INTRODUÇÃO

A amamentação é um processo natural que propicia inúmeros benefícios para o binômio mãe-filho<sup>(1)</sup>. Devido a esta reconhecida importância, a amamentação passou a ser garantida por lei no Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>(2)</sup>.

No entanto, em decorrência de algumas circunstâncias, o ato de amamentar pode sofrer influências negativas, estando, muitas vezes, relacionado à situação socioeconômica desfavorável, ao baixo grau de instrução da parturiente e às atividades laborais da mulher<sup>(3)</sup>. Acrescenta-se que o processo de amamentação depende de elementos sociais e existenciais para que possa ser eficaz e não reduzido simplesmente ao caráter biológico que termina por desvalorizar as vivências da mulher<sup>(4)</sup>.

Diante de tais informações, o encarceramento feminino pode ser considerado mais um agravante ao processo de amamentação, visto que, além do ambiente e situação serem desfavoráveis, reúne uma população com perfil desfavorável

quanto ao nível socioeconômico e educacional<sup>(5)</sup>. Assim, surgiu o seguinte questionamento: quais as vivências de mães que amamentam em situação de cárcere?

Em 2003, o Ministério da Saúde lançou o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), com a finalidade de promover a atenção integral à população carcerária e reorientar as práticas de saúde no sistema prisional<sup>(6)</sup>, assegurando a eficácia das ações de promoção, prevenção e atenção integral à saúde. Apesar da implementação do PNSSP ser considerada um progresso para a saúde no sistema penitenciário, as ações voltadas para a mulher no ciclo gravídico-puerperal ainda encontram-se incipientes.

Levando em consideração o contexto vivido por mulheres em situação prisional, as quais terão que se afastar de seus filhos<sup>(7)</sup>, torna-se ainda mais importante o apego promovido pela amamentação, devendo ser estimulado e encorajado, para que as mães tenham uma amamentação eficaz e,

1. Mestranda em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: samilaribeiro@yahoo.com.br

2. Mestranda em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: paularenatal@yahoo.com.br

3. Enfermeira pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: mariliahm@hotmail.com

4. Doutoranda em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará. Professora Assistente I da Universidade Federal do Piauí. E-mail: anabelpet@yahoo.com.br

5. Doutora em Enfermagem. Professora Associada II da Universidade Federal do Ceará. Bolsista de Produtividade. E-mail: afcana@ufc.br

6. Doutora em Enfermagem. Professora Associada I da Universidade Federal do Ceará. Bolsista de Produtividade. E-mail: anakarinaufc@hotmail.com

futuramente, mesmo distante da criança, permaneçam com o vínculo afetivo fortalecido.

Destarte, torna-se importante a realização do presente estudo, visto que, conhecer as vivências das mulheres durante este período poderá ser oportuno para criação de estratégias de promoção da saúde voltadas para amamentação e promoção do apego mãe-filho, viabilizando uma possível remodelagem de acordo com as necessidades e características específicas de mulheres inseridas no contexto prisional.

## OBJETIVO

Frente ao exposto o estudo objetivou compreender as experiências vivenciadas por mães durante o aleitamento materno em situação de cárcere.

## METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório-descritivo com abordagem qualitativa realizado no Instituto Penal Feminino do Estado do Ceará com capacidade para 300 recolhidas. A escolha por este local ocorreu por ser a única unidade penitenciária feminina do estado. O presídio possui uma creche anexa que abriga as mulheres que estão no puerpério, com seus respectivos filhos, durante o período de seis meses regulamentado por lei<sup>(7)</sup>.

As mulheres presidiárias do referido instituto compuseram a população do estudo. Já a amostra foi formada por todas as reclusas que estavam alojadas na creche juntamente com o filho no período da coleta de dados, perfazendo um total de 05 mulheres.

A coleta dos dados ocorreu no mês de setembro de 2009, por meio de entrevistas individualizadas com uso de um instrumento semiestruturado composto por perguntas de caracterização socioeconômica, investigação acerca da realização do pré-natal e amamentação prévia, bem como questões subjetivas acerca da amamentação. Em respeito ao anonimato, foram atribuídos nomes de pedras preciosas para especificação das participantes.

A análise dos dados foi realizada segundo a análise de conteúdo de Bardin<sup>(8)</sup>, seguindo a proposta das três etapas: a pré-análise (fase ligada ao planejamento da análise e sistematização das ideias iniciais), a exploração do material e o tratamento dos resultados.

Após a aplicação dos instrumentos foi iniciada uma estratégia de educação em saúde, na qual foi utilizado um álbum seriado sobre amamentação, um boneco para demonstração e posteriormente realizou-se um diálogo participativo acerca da temática apresentada.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Complexo Hospitalar Walter Cantídio da Universidade Federal do Ceará sob o protocolo 229/09.

## RESULTADOS

A análise dos dados evidenciou que todas as mulheres eram provenientes do Ceará. Quanto à idade e ao estado civil, respectivamente, as mulheres tinham entre 22 e 30 anos; três eram solteiras e as demais afirmaram ter união estável.

Acerca da escolaridade, quatro mulheres não concluíram o ensino fundamental e apenas uma havia completado o ensino médio. Em situação prévia à prisão, as participantes do estudo

desempenhavam atividades laborais de baixa remuneração como: domésticas (03), vendedora (01) e agricultora (01). Todas foram presas por envolvimento com tráfico de drogas, sendo quatro julgadas e uma indiciada.

Quanto à realização do pré-natal, duas realizaram o número de consultas preconizado pelo Ministério da Saúde, duas não souberam responder tal questionamento e uma não fez o acompanhamento pré-natal. Quando interrogadas acerca do aleitamento materno prévio, quatro mulheres relataram ter experiência anterior de amamentação.

Referente à amamentação, o significado das falas codificadas resultou em cinco categorias: (1) A importância da amamentação exclusiva; (2) A confiança durante amamentação; (3) A separação do binômio mãe-filho; (4) A influência dos cuidados maternos na prisão e (5) A responsabilidade pela criança.

### A importância da amamentação exclusiva

O reconhecimento da importância da amamentação exclusiva até os seis meses esteve presente entre a maioria das mulheres.

*Acho que só o leite é bom. O leite materno é ótimo. Acho que para o tamanhozinho dela é suficiente. (Esmeralda)*

*Enquanto ela estiver comigo vou dar de mamar e enquanto eu estiver me alimentando bem. (Rubi)*

A mãe Jade acredita que após quatro meses, apenas o leite materno não é suficiente para a criança, tendo iniciado o aleitamento artificial.

*Acho que o bebê não fica mais farto depois de um tempo. Comecei a dar leite (leite artificial) a partir de quatro meses. (Jade)*

### A confiança durante amamentação

As mulheres verbalizaram confiança no ato de amamentar o que influencia na auto-eficácia do aleitamento.

*Não tenho dúvida pra dá de mamar não, já sou mãe de três filhos, mas o que eu estou tendo mais cuidado é com ela. (Esmeralda)*

*Sinto confiança. Vejo que a criança se sente bem. Não tenho dúvida quanto a amamentação, mas sinto medo de me separar dela. (Jade)*

*Sinto confiança, ela passa a noite mamando e dorme comigo. (Onix)*

Apesar da confiança apresentada pelas mulheres acerca da amamentação, algumas dificuldades foram relatadas:

*No começo tive dificuldade, porque ela ficou na incubadora e estava tomando leite pela sonda, mas depois ela pegou bem direitinho. (Esmeralda)*

*Não tenho dúvida. Eu estava colocando ela muito caidinha, mas a doutora me explicou pra ajeitar melhor. (Rubi)*

*No começo, o bico do peito ficava doído. (Safira)*

### A separação do binômio mãe - filho

Entende-se que muitas vezes o afastamento da criança origina impotência e fragilidade, refletindo fortemente sentimentos de ansiedade conforme expressam as falas:

**“A mãe Jade acredita que após quatro meses, apenas o leite materno não é suficiente para a criança, tendo iniciado o aleitamento artificial.”**

*Eu me sinto acabada durante a amamentação sabendo que ela vai embora. É ruim demais, só de pensar. Quem é mãe é que sabe. Porque aqui não tem como não se acostumar com ela, até dormir a gente dorme junto. (Esmeralda)*

*Sinto uma loucura por saber que ela vai embora, sei lá, não gosto nem de falar nisso. (Rubi)*

*Me sinto triste, uma coisa que não quero mas tenho que aceitar. (Jade)*

*É muito triste a dor de separar a mãe de seu filho e não poder fazer nada. (Safira)*

*Fico seis meses e se não tiver família vai para o abrigo. (Onix)*

### **A influência dos cuidados maternos na prisão**

As incertezas quanto ao futuro são constantes e, algumas delas, preferem aproveitar ao máximo o período em que estão com a criança, oferecendo o melhor cuidado possível, como verificado nas falas abaixo:

*Tem que ter cuidado sempre, ou em casa ou aqui. Mas com ela tenho mais cuidado do que eu tive com os meus outros filhos. Lá fora a gente tem que correr atrás das coisas pra eles, aqui a gente só tem ele, dá mais atenção. (Esmeralda)*

*Eu cuido dele independente de ele ter que ir embora. (Safira)*

### **A responsabilidade pela criança**

Quando indagadas acerca de quem ficará responsável pela criança, após a saída da mesma da penitenciária, percebeu-se que nenhuma criança poderá contar com o apoio paterno para o cuidado, como pode ser visto nos relatos:

*Não, o pai é irresponsável. (Jade)*

*Não, porque ele está preso. (Safira)*

*Não posso contar com o pai, ele também está preso. (Onix)*

Quatro mulheres afirmaram poder contar com o apoio de outros familiares para o cuidado da criança.

*Minha tia. Ela que cuida da minha outra filha. Eu confio com ela para tudo, ela é mais que uma mãe. Ela vem me ver de três em três meses, mas pelo menos vem. Pior é minha mãe, que não vem. (Esmeralda)*

*Minha mãe. Sinto segurança porque é minha mãe e posso confiar. (Safira)*

Entretanto, uma das mães não tinha com quem deixar a criança apresentando um forte sentimento de preocupação em seu relato:

*Se eu não sair antes, a criança vai para o abrigo, até que eu complete a sentença. É difícil de imaginar, a criança pode ser mal cuidada. (Jade)*

### **DISCUSSÃO**

A análise dos relatos das mães evidenciou que apesar de acreditarem que apenas o leite materno é suficiente para a criança até os seis meses, os filhos de duas delas (Esmeralda e Onix) já receberam, em algum momento, leite artificial, demonstrando que o conhecimento não é condizente com

a prática.

Observa-se que ainda existem muitas crenças que são transmitidas de uma geração para outra e que interferem no bom desenvolvimento desse processo, levando muitas mulheres ao desmame precoce. Dentre eles, destacam-se o mito de que o leite é fraco e, assim, insuficiente para manter as necessidades nutricionais da criança<sup>(9)</sup>.

No tocante a confiança durante a amamentação, todas as mulheres relataram ter confiança durante o ato de amamentar, entretanto foram mencionadas algumas dificuldades, como relacionada ao posicionamento da criança. Observou-se que quatro delas já tinham experiência anterior, fator que influenciou positivamente na prática atual.

Diante dos relatos, fica evidente a influência positiva de amamentações progressas. A experiência prévia do aleitamento materno favorece a decisão de amamentar, bem como facilita o seu desempenho<sup>(10)</sup>. Porém, alguns estudos advertem ao fato de que, ter experiência prévia com aleitamento materno, não garante a amamentação dos filhos subsequentes, visto que cada nascimento ocorre em diferentes cenários<sup>(4)</sup>, especialmente quando se trata do ambiente prisional.

Percebe-se que o papel do profissional de saúde, principalmente do enfermeiro, é crucial para o incentivo e o esclarecimento das principais dúvidas acerca do aleitamento materno. Suas atividades devem acontecer desde o pré-natal até o puerpério, buscando sempre atender a mulher de forma integral e humanizada.

Observou-se ainda que as mulheres mostraram-se orgulhosas pelo fato de estarem amamentando, verbalizam com alegria e emoção a experiência, evidenciando um momento de fortalecimento de vínculo entre a mãe e o filho. Assim, quanto mais segura a mulher sentir-se, mais motivada ela estará em praticar o aleitamento materno<sup>(11)</sup>.

Quanto à categoria que retrata o afastamento da criança, ficou evidente uma maior necessidade de cuidado por parte dos profissionais de saúde, visto que as mulheres apresentaram-se fragilizadas no aspecto da saúde mental e essa se configura como primordial no processo de amamentação.

As mães estavam conscientes de que os filhos permaneceriam com elas até os seis meses, mas, em nenhum momento,

mencionaram possuir o direito de continuar com a criança por mais tempo, o que já é possível, de acordo com a Lei de Execução Penal 11.942 de 28 de maio de 2009<sup>(7)</sup>.

Deste modo, destaca-se que o apego é importante para o fortalecimento do vínculo mãe e filho<sup>(12)</sup>, porém na situação de cárcere essa relação é interrompida no sexto mês da criança, o que pode provocar sérias consequências negativas para o binômio.

O afastamento e a impossibilidade de cuidados maternos, após a saída da criança da instituição, assinalam uma privação à criança, que poderá sofrer significativamente dependendo da relação que a mesma construirá com o futuro cuidador fora da prisão.

Ademais, as falas revelam uma situação comum, na qual o companheiro também se encontra em situação de cárcere. Informação preocupante, visto que as crianças ficarão

**“Eu confio com ela para tudo, ela é mais que uma mãe. Ela vem me ver de três em três meses, mas pelo menos vem. Pior é minha mãe, que não vem”**

desprovidas de cuidados maternos e paternos.

Essa é uma realidade presente na vida de mulheres encarceradas, cuja maioria possui seus filhos sob cuidados de terceiros ou em abrigos e que, ao longo do tempo, acabam perdendo o contato com eles. Observa-se, ainda, que a grande parte denota a separação do filho como uma das maiores dificuldades enfrentadas na prisão<sup>(13)</sup>.

## CONCLUSÃO

A partir da análise compreensiva dos depoimentos pode-se perceber as dificuldades das mães relacionadas ao período de aleitamento materno em situação de cárcere. O processo de amamentação apresentou-se como aspecto positivo para o fortalecimento do vínculo mãe-filho, possibilitando um universo de amenização das dificuldades vividas no contexto prisional.

No entanto, a separação do convívio com o filho após o tempo estabelecido por lei, configurou-se como a maior dificuldade

verbalizada por essas mães. Ademais, esse distanciamento influenciou as demais categorias do estudo, comprovando que a separação afeta vários aspectos da qualidade da vida da mulher encarcerada, inclusive a continuação da amamentação após os seis meses.

Deste modo, a atuação do enfermeiro nesse contexto específico é primordial, desde a atenção no pré-natal, elencando os benefícios da amamentação; até o acompanhamento do binômio, no sentido de promover a saúde integral da mãe e da criança, respeitando as particularidades que a situação de cárcere as expõe.

Acrescenta-se que é relevante o aprofundamento de pesquisas que englobem a mulher privada de liberdade no contexto da maternidade, uma vez que essas também assumem o papel de mãe e não podem ser vistas apenas como infratoras das leis.

## Referências

1. Ministério da Saúde (BR). Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.
2. Ministério Público (BR). Subchefia para Assuntos Jurídicos. Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.
3. Faleiros FT, Trezza EM, Carandina L. Aleitamento materno: fatores de influência na sua decisão e duração. *Rev. Nutr.* 2006; 19(5): 623-630.
4. Moreira M.Lopes R. Breast-feeding: historical aspects of the Brazilian public politics. *Online Braz J of Nursing.* 2007 June 23; [Cited 2011 July 7]; 6(2). Available from: <http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/j.1676-4285.2007.842/204>
5. Dorfey ES, Meneses RS, Viana JM, Oliveira GN. Infecções Sexualmente Transmissíveis: um estudo entre mulheres encarceradas de uma cidade do oeste baiano. *Revista Digital de Pesquisa CONQUER.* 2008 [Cited 2010 August 02]; 3 Available from: <http://www.fasb.edu.br/revista/index.php/conquer/article/viewFile/89/66>
6. Ministério da Saúde (BR). Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. Portaria Interministerial nº 1777 de 9 de novembro de 2003. Brasília: Ministério da Saúde; 2004.
7. Presidência da República (BR). Lei nº 11942, de 28 de maio de 2009: dá nova redação aos arts. 14, 83 e 89 da Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para assegurar às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência.
8. Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 1977.
9. Bottaro SM, Giugliani ERJ. Estudo exploratório sobre aleitamento materno entre escolares de quinta série do Ensino Fundamental. *Cad Saúde Pública.* 2008; 24(7):1599-608.
10. Vieira GO, Martins CC, Vieira TO, Oliveira NF, Silva LR. Fatores preditivos da interrupção do aleitamento materno exclusivo no primeiro mês de lactação. *J. Pediatr. (Rio J.).* 2010; 86(5): 441-444.
11. Oriá MOB. Tradução, Adaptação e Validação da Breastfeeding Self-Efficacy Scale: Aplicação em Gestantes [tese]. Fortaleza(CE): Universidade Federal do Ceará; 2008.
12. Manfroi EC, Macarini SM, Vieira ML. Comportamento parental e o papel do pai no desenvolvimento infantil. *Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.* 2011; 21(1): 59-69.
13. Santa Rita RP. Mães e crianças atrás das grades: em questão o princípio da dignidade da pessoa humana [dissertação]. Brasília(DF):Universidade de Brasília; 2006.